

# Cruzamento de crises e eleição no Equador

» GUSTAVO MENON  
Professor no programa de pós-graduação em direito e coordenador do curso de relações internacionais na Universidade Católica de Brasília (UCB).  
Docente no Prolam-USP



A reeleição de Daniel Noboa como presidente do Equador no último domingo, 13 de abril, com cerca de 55% dos votos válidos, foi marcada por acusações de fraude e questionamentos políticos por parte da oposição. Liderada por Luisa González, candidata do Movimento Revolução Cidadã (RC) e herdeira do capital político do ex-presidente Rafael Correa, que governou o país entre 2007 e 2017, a oposição rejeitou os resultados e denunciou irregularidades no pleito. Entre as denúncias, estão o estado de exceção decretado pelo atual presidente às vésperas do segundo turno e atas eleitorais que não foram devidamente preenchidas. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE), autoridade máxima da justiça eleitoral no país, declarou os resultados como “matematicamente irreversíveis”, mas as acusações continuam a alimentar tensões políticas e agravam o cenário de cruzamento de crises no país.

Organizações internacionais como a Aliança Bolivariana (ALBA-TCP) e a Celac Social endossaram as críticas, classificando o processo como uma “montagem autoritária” e exigindo auditorias independentes. Por outro lado, observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia validam o pleito alegando que a votação foi limpa e transparente.

O segundo turno ocorreu em um cenário de alta tensão, com Daniel Noboa defendendo políticas de segurança duras, inspiradas naquelas implementadas em El Salvador por Nayib Bukele. Luisa González, por sua vez, promoveu uma campanha que defendia o retorno às agendas sociais de Correa e seu projeto intitulado Revolução Cidadã, com maior participação do Estado na regulação econômica e na promoção de políticas sociais voltadas para estancar a crise energética, socioeconômica e enfrentar os desafios no campo da segurança pública.

Vale destacar que o país registrou números alarmantes de criminalidade nos últimos anos. Em 2023, a taxa de homicídios atingiu um recorde de 47 por 100 mil habitantes, com uma média de 22 assassinatos por dia, totalizando mais de 8 mil homicídios no ano. O cenário foi agravado por episódios de violência política, como o assassinato do candidato presidencial Fernando Villavicencio durante a campanha eleitoral, refletindo a crescente incidência do narcotráfico no país.

Apesar das políticas de segurança implementadas por Noboa, como a decretação de sucessivos estados de exceção e sua aproximação com os Estados Unidos, os resultados não surtiram os efeitos desejados. Em janeiro de 2025, observou-se o mês mais violento dos últimos três anos, com 731 homicídios registrados, equivalente a uma média de 23,5 por dia. Além disso, o sistema carcerário continua sendo um epicentro de violência e da ação das máfias. Nesse contexto, a percepção de insegurança permanece alta entre os equatorianos, com sete em cada 10 temendo sair à noite.

Como fator agravante, o país enfrenta uma condição crônica de dupla dependência econômica, estando à mercê da dolarização e das

flutuações de commodities no mercado internacional, como é o caso do petróleo — responsável, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), por mais da metade das exportações equatorianas.

Ao longo do segundo turno, González — que contou com uma certa unidade da esquerda, inclusive com o apoio das lideranças dos setores indígenas à sua candidatura — defendeu uma estratégia de associar as medidas autoritárias do atual presidente às denúncias de corrupção e ao aumento da criminalidade no país. Em contraste, Noboa parece ter apostado no sentimento anticorrupcionista presente na sociedade equatoriana e acusou a opositora de ser próxima ao regime de Nicolás Maduro, na Venezuela.

Após um cenário de esperança e otimismo com a promulgação da Constituição de 2008, que elevou indicadores econômicos e sociais e positivou direitos inéditos, o Equador enfrenta novamente uma severa crise político-institucional. Esse contexto tem aberto margem para iniciativas golpistas e para a proliferação do não reconhecimento das disputas eleitorais por diferentes atores, tanto no plano nacional quanto no internacional.

Dizem que, em situações e regimes autoritários, a verdade é a primeira a morrer. Agustín Cueva, sociólogo equatoriano, ainda no século passado, mencionou que “as poucas conquistas culturais e políticas não eram, neste Equador castigado, irreversíveis”. Caberá ao campo progressista equatoriano, nesse cenário de divisão, não apenas comprovar as teses de fraude e corrupção nos próximos dias, mas também se realinhar com as demandas dos setores populares, especialmente em áreas críticas como a segurança pública, que permanece como um dos maiores desafios nacionais e regionais na América Latina.

## Caminho da diplomacia brasileira no século 21

» GUSTAVO BUTTES  
Presidente da Associação e Sindicato dos Diplomatas do Brasil (ADB Sindical), diplomata de carreira



“Por que as nações fracassam?” — a pergunta central de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson, vencedores do Prêmio Nobel de Economia em 2024, ecoa como um alerta para países que negligenciam o fortalecimento de suas instituições. Em tempos de crise global, em que autoritarismos avançam e democracias vacilam, a resposta está na construção de instituições inclusivas — aquelas que distribuem poder, incentivam a participação e se renovam sem perder solidez. O Serviço Exterior Brasileiro, diante dos desafios do século 21, encarna esse dilema: como preservar sua tradição de excelência sem se tornar refém de estruturas engessadas que, paralisadas pelo tempo, podem levar ao declínio?

A carreira diplomática sempre esteve em constante evolução. Se, por um lado, a tradição garante a solidez institucional e a continuidade de princípios fundamentais, por outro, a inovação é indispensável para que a diplomacia responda aos desafios de um mundo em transformação. O Brasil possui um legado reconhecido globalmente, mas precisa se reinventar para ampliar sua influência e refletir na arena externa as demandas de uma sociedade plural.

O fortalecimento institucional do Itamaraty passa necessariamente pelo diálogo social e pela participação ativa de suas servidoras e seus servidores. A negociação sindical, longe de ser um obstáculo, é parte essencial do processo democrático de modernização. Quando as instituições abrem espaço para a representação coletiva e incorporam as demandas de seus profissionais, tornam-se mais legítimas e eficientes. Esse é o cerne do que os economistas referidos chamam de “instituições inclusivas”: aquelas que criam mecanismos de participação e controle, evitando a concentração de poder e o engessamento burocrático que caracterizam Estados em declínio.

O Itamaraty, em seus 200 anos, construiu uma tradição baseada na paz, no multilateralismo e na autodeterminação dos povos — pilares que lhe conferem respeito internacional. No entanto, como lembram Acemoglu, Johnson e Robinson, instituições só prosperam quando se adaptam. Hoje, o ministério enfrenta o desafio duplo de modernizar-se e tornar-se mais representativo: aumentar a presença de mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência não é apenas uma questão de justiça social, mas de eficiência diplomática. Um corpo diplomático diverso é mais capaz de interpretar e negociar em um mundo complexo.

A reforma do Regime Jurídico do Serviço Exterior, em discussão desde 2024, é um passo crucial. A atual estrutura piramidal de carreiras, aliada a promoções lentas, quando não paralisadas, pautadas por mecanismos personalistas e pouco transparentes, precisa dar lugar a um modelo de carreira ágil, que valorize mérito, capacitação e experiências multidisciplinares e multiculturais. A proposta em negociação prevê carreiras mais fluidas, progressão justa e capacitação continuada — elementos que aproximam o Itamaraty das “instituições inclusivas” defendidas por Acemoglu, Johnson e Robinson, onde oportunidades são abertas e o talento é recompensado.

Manter-se fiel às tradições não significa resistir à mudança. Pelo contrário, as nações bem-sucedidas são aquelas que equilibram estabilidade institucional com adaptabilidade. A diplomacia brasileira do futuro deve ser tão diversa quanto o país que representa, tão ágil quanto os desafios globais exigem e tão sólida quanto sua história demanda.

No Dia do Diplomata, celebramos não apenas o passado, mas o futuro que está sendo construído. Como alerta a ciência mais atualizada, o fracasso das nações começa quando elites se fecham em instituições encasteladas, incapazes de renovação. O Brasil tem a chance de evitar esse destino, modernizando seu Serviço Exterior sem renunciar a seus princípios. O caminho já está sendo traçado: por uma diplomacia que seja, ao mesmo tempo, espelho da sociedade brasileira e farol para um mundo em crise. Porque nações só prosperam quando suas instituições são fortes, democráticas e — acima de tudo — abertas ao futuro.



## Supersalários e desigualdade no serviço público: caminho contrário à boa gestão de pessoas

» JESSIKA MOREIRA  
Diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente



O Brasil enfrenta um desafio estrutural no que se refere à gestão de pessoas no serviço público: a existência dos chamados supersalários — remunerações que ultrapassam o teto constitucional, comprometendo a efetividade do Estado e aprofundando desigualdades dentro do próprio setor. Esses vencimentos excessivos geram um impacto significativo na destinação de recursos públicos, chegando a um prejuízo de R\$ 11,1 bilhões em 2023, considerando apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público, conforme dados de Nota Técnica produzida, a pedido do Movimento Pessoas à Frente, pelo pesquisador Bruno Carazza.

As recentes medidas administrativas adotadas pelo presidente do Senado Federal vão na contramão de boas práticas de gestão de pessoas. Ao invés de promover uma política remuneratória mais justa, essas decisões ampliam a desigualdade salarial dentro da própria casa, privilegiando altos cargos e contribuindo para um cenário de distorções inaceitáveis no serviço público. Além de onerar os cofres públicos, situações como essa desmotivam os servidores que exercem papéis fundamentais na prestação de serviços para o Estado, criando um ambiente

de competitividade e insatisfação.

O Senado tem a oportunidade e a responsabilidade de liderar pelo exemplo, implementando reformas que tornem a gestão mais democrática e eficiente. No entanto, o que vemos é a perpetuação de uma lógica de benefícios que extrapolam o teto constitucional, sustentados por auxílios indevidamente classificados como indenizatórios. O uso indiscriminado dessas verbas, conhecidas como “penduricalhos”, é um dos principais mecanismos utilizados para driblar a Constituição e ultrapassar o limite estabelecido por lei.

Essas verbas indenizatórias frequentemente utilizadas como artifícios para burlar o teto precisam de uma classificação mais rigorosa e alinhada aos princípios da administração pública. Auxílios como moradia, alimentação e transporte são, muitas vezes, concedidos de forma indiscriminada, sem o caráter excepcional e transitório que justificaria sua natureza indenizatória. Para controlar essas despesas de forma efetiva, é preciso que os dados de remunerações sejam disponibilizados de forma ampla e transparente.

O estudo conduzido pelo Movimento Pessoas à Frente revela ainda que 93% dos magistrados e 91,5% dos membros do Ministério Público receberam acima do teto constitucional em 2023. Esses números evidenciam um desvirtuamento do princípio do teto salarial, que deveria garantir equilíbrio nas remunerações e responsabilidade no uso dos recursos públicos. A manutenção desses benefícios acurta uma desproporção dentro do funcionalismo.

Essas distorções impactam diretamente a

alocação de recursos e contribuem para a desigualdade dentro do serviço público, enquanto profissionais essenciais, como professores e agentes de saúde, recebem salários muito aquém: a mediana salarial do funcionalismo é de cerca de R\$ 3.300, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2022. Apesar de receberem valores significativamente mais baixos do que a pequena parcela remunerada com supersalários, esses trabalhadores estão na linha de frente de políticas essenciais, o que acaba impactando nos serviços prestados à população e na atração e retenção de profissionais vocacionados e qualificados para as áreas críticas de desenvolvimento do país.

O Estado brasileiro precisa de um modelo de gestão de pessoas que seja eficiente e alinhado às melhores práticas. Precisamos construir uma política remuneratória justa, que reconheça o trabalho dos servidores públicos de acordo com seus cargos, funções e entregas para a sociedade. Isso significa estabelecer normas transparentes e mecanismos de controle para garantir que os recursos públicos sejam destinados de forma responsável.

A manutenção desses privilégios compromete investimentos essenciais em áreas como saúde, educação e infraestrutura, impactando negativamente a vida de milhões de pessoas. No momento em que o Brasil discute reformas para equilibrar suas contas públicas, é inadmissível que uma pequena parte do funcionalismo siga recebendo supersalários e comprometendo os cofres públicos. O fim dos supersalários é uma questão de justiça e de compromisso com o futuro do país.